

APRESENTAÇÃO

Em 2022, a **Revista Eletrônica do CNJ** publica 21 artigos inéditos, além de um dossiê temático composto exclusivamente por pesquisadoras do Poder Judiciário brasileiro. Na Seção de Jurisprudência, há 27 votos, na íntegra, selecionados pelos Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Justiça por sua relevância social e impacto no âmbito jurídico. A seção é apenas uma amostra da atuação do Plenário do CNJ, mas sua importância pode ser observada pelo número de acessos aos textos publicados, que ultrapassa 17.000 visualizações.

Em um ano em que ainda vivenciamos as consequências da pandemia da covid-19, somadas às decorrências de um complexo processo eleitoral, ficou evidenciada a importância e a responsabilidade do Poder Judiciário para a defesa dos direitos e da democracia.

Nesse contexto, convidamos o ilustre Professor Oscar Vilhena Vieira para uma entrevista que nos instiga a refletir sobre o papel do Poder Judiciário e, em especial, do próprio Conselho Nacional de Justiça como instituição pública e democrática. Será extremamente proveitoso aos leitores e leitoras da **Revista CNJ** conhecer as reflexões do Prof. Oscar, que nos apresenta uma visão única e transdisciplinar do tema e nos brinda com ótimas sugestões de leitura, além de compartilhar um pouco de sua trajetória profissional e acadêmica.

Para fazer frente à sua missão de melhor conhecer a função jurisdicional brasileira, assim como os problemas dos diversos segmentos do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, por meio de seu Departamento de Pesquisas Judiciárias, publica diagnósticos ricos em dados e análises, sempre pautados no rigor científico e acadêmico. Mas é necessário ir além e, por isso, o CNJ busca promover e valorizar as reflexões dos diversos atores do sistema de Justiça e dos pesquisadores do Poder Judiciário, compromisso que a **Revista CNJ** cumpre com a publicação de seu segundo número regular de 2022.

Nesse sentido, a presente publicação é composta por 11 artigos, que se debruçam em temas como: Núcleos de Justiça 4.0; contratos públicos sustentáveis da Lei n. 14.133/2021; segurança institucional do Poder Judiciário; Lei Maria da Penha e a Justiça Restaurativa; Sistema de Reconhecimento Facial do TJDFT; fundamentação jurídica e os valores abstratos na dogmática; políticas públicas voltadas às vítimas de violência doméstica; e uma análise comparada do impacto das novas tecnologias na administração da Justiça.

Deixo, portanto, meus agradecimentos aos articulistas da presente publicação, pelo esforço admirável em desbravar as temáticas e compartilhar os resultados de suas pesquisas.

Registro igualmente meus agradecimentos aos Conselheiros e Conselheiras do CNJ, por suas contribuições à Seção de Jurisprudência, que enriquecem a **Revista Eletrônica do CNJ** com os brilhantes votos selecionados.

Boa leitura!

RICARDO FIOREZE
Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica